

Chapa 1 vence eleição no ANDES-SN

“ANDES Autônomo e de Luta” vence o pleito para a nova diretoria do Sindicato Nacional com 51,71% dos votos válidos contra 42,73% da “Renova ANDES”

A Comissão Eleitoral Central (CEC) divulgou na manhã de terça-feira (15/5), o resultado final da computação dos votos da eleição para a nova diretoria do ANDES-SN, que estará à frente do Sindicato Nacional durante o biênio 2018-2020. A Chapa 1 “ANDES Autônomo e de Luta” foi eleita com 51,71% dos votos dos eleitores que compareceram às urnas de todo o país, nos dias 9 e 10 de maio.

A votação ocorreu, por meio de voto direto e secreto, nas secretarias regionais e em 99 seções sindicais do Sindicato Nacional em todo o país. Do total de docentes aptos a votar (69.152), 24,42% compareceram às urnas, ou seja, foram 16.887 votantes. Desses, 8.732 (51,71%) votaram na chapa 1; 7.215 (42,73%) na chapa 2; 481 (2,85%) em branco; e 459 foram votos nulos (2,72%).

Segundo Alexandre Galvão Carvalho, presidente da Comissão Eleitoral Central (CEC), a participação de duas chapas e o envolvimento dos docentes no pleito eleitoral mostram que o ANDES-SN é um espaço democrático e o representante legítimo da categoria docente. “Depois de muitos anos tivemos duas chapas concorrendo às eleições do ANDES-SN e uma grande participação das seções sindicais. O Sindicato Nacional sai fortalecido depois desse pro-



Na eleição da ADUFLA, a Chapa 1 venceu com 105 votos a favor contra 65 destinados à Chapa 2

cesso eleitoral para as lutas vindouras, na medida em que a eleição envolveu toda a categoria, que participou do processo, com a campanha, apresentou o seu projeto, e o maior saldo da eleição é que o ANDES-SN sai fortalecido e municiado para enfrentar essa conjuntura de profundos ataques”, disse.

A chapa 1 “ANDES Autônomo e de Luta”, a primeira a se inscrever, tinha como candidatos o presidente, Antônio Gonçalves Filho, Apruma Seção Sindical; a secretária-geral, Eblin Farage, Aduff SSind. e atual presidente do ANDES-SN; e a tesoureira, Raquel Dias Araújo, Sinduece SSind. “Este momento é bastante significativo para o nosso sindicato, porque fortalece a nossa democracia interna e a nossa chapa vem dentro de um contexto de muitas lutas e a forma que nos organizamos pela base e com autonomia caracterizam a nossa chapa”, afirmava Antônio.

A chapa 2 “Renova ANDES” apresentou inscrição com Celi Taffarel, da Ufba (presidente); Maria de Lourdes Nunes, Adufpi Ssind (Secretária Geral); e Everaldo Andrade, Adusp Ssind (tesoureiro). “A nossa chapa representa uma trajetória de construção da unidade de vários grupos e de docentes de várias universidades, que vem desenvolvendo um esforço para recuperar uma série de bandeiras que estava sendo esquecida pelas últimas gestões do

ANDES-SN”, disse Everaldo Andrade no início da campanha.

Cronograma

Após a divulgação do resultado final da computação dos votos nesta terça-feira (15/5), foi dado um prazo de 24 horas para que os representantes das chapas ou candidatos apresentem recursos.

A posse da nova diretoria eleita ocorrerá em Fortaleza (CE), durante o 63º Conad, que será realizado entre os dias 28 de junho e 1º de julho, em Fortaleza-CE.

ADUFLA

A participação dos sindicalizados da ADUFLA foi muito superior às anteriores, com um total de 173 docentes registrando seus votos. Esse número é praticamente cinco vezes maior que o da última eleição, em 2016, o que demonstra uma maior mobilização da categoria neste pleito.

A Chapa 1 foi vitoriosa na ADUFLA, com 105 votos a favor contra os 65 votos da Chapa 2, sendo que foram contabilizados três votos em branco.

O processo eleitoral na UFLA transcorreu de forma tranquila e democrática.



O presidente eleito do ANDES-SN pela Chapa 1, Prof. Antônio Gonçalves Filho (Apruma Seção Sindical)

Editorial

Os últimos meses de nosso sindicato foram animados pela realização de eleição de sua diretoria para o próximo biênio. A inscrição de duas chapas é fato a ser destacado, visto que os últimos sete pleitos foram realizados com uma única chapa concorrendo. Salutar para a democracia interna do sindicato, a concorrência no pleito resultou em maior participação da base no processo eleitoral e em acaloradas discussões nas sessões sindicais por todo o país.

A vitória da Chapa 1 – Andes Autônomo e de Luta com uma margem de 8,98% dos votos válidos em relação à Chapa 2 – Renova Andes, demonstra que os projetos políticos colocados na disputa têm força e apoio de amplas parcelas do professorado, expressando a pluralidade e riqueza de concepções acerca do sindicalismo e sobre a conjuntura nacional que dimanam da nossa categoria. Tal pluralidade manifesta na disputa eleitoral, porém, converge em uma salutar constatação: ambos projetos se colocam empenhados na construção do ANDES-SN enquanto espaço de resistência e luta por nossos direitos, em profunda refração às alternativas entreguistas e nada afinadas com as concepções de universidade historicamente defendida pela categoria, a exemplo do PROIFES.

Saudamos, dessa maneira, os professores Julio Bueno e José Tarcísio, representantes da Adufla em cada uma das chapas que concorreram à direção do ANDES-SN.

Nesse contexto, sai o ANDES-SN fortalecido, e esperamos que essa ampliação da participação nas urnas - que em nosso colégio eleitoral, saltou em mais de 5 vezes! - tenha reflexo na participação cada vez mais orgânica das bases docentes nos rumos de nossa entidade de classe.

As medidas colocadas em curso pelo governo ilegítimo de Temer colocam não apenas a carreira do magistério superior federal em risco, mas, como um todo, a universidade pública, gratuita, laica e de qualidade na berlinda. Para o ano de 2019, os ministros do Planejamento e da Fazenda já anunciaram que estudam postergar os reajustes salariais previstos para 2020. Outra medida que começa a provocar efeitos importantes nas universidades é justamente a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos. Esta medida vem resultando em cortes e diminuição de bolsas, aumento de preços nos restaurantes universitários e desinvestimento em diversos setores das universidades públicas por todo o país.

Os próximos meses, portanto, deverão ser marcados por uma necessária reorganização da base em busca de construir uma unidade em torno das questões que mais nos afetam diante do cenário que está colocado. Por certo, a busca por unidade não encontrará barreiras nos diversos e plurais setores do professorado, haja vista convergirem, nesse particular, os projetos vocalizados nas eleições em um mesmo sentido. Esperamos que a mobilização da base durante o processo eleitoral, a despeito do resultado do pleito, signifique uma retomada de fôlego para a construção de participação mais representativa em nossos espaços de participação política, tanto no âmbito da Adufla, com nossas assembleias, quanto no âmbito do sindicato nacional. Esperamos e cremos também que a direção eleita para o próximo biênio esteja sensível e atenta às razões e motivos de descontentamento de parcela significativa da base de docentes. O próximo CONAD, a ser realizado no final de julho na Universidade Estadual do Ceará, marcará a posse da nova diretoria e será também um bom momento para avaliarmos os próximos passos na luta.

- AGENDA ANDES -

07/06/2018 - CURITIBA-PR

Reunião do Grupo de Trabalho de
Seguridade Social e Assuntos de
Aposentadoria - GTSS/A do ANDES-SN.
Local: a ser informado posteriormente.
Promoção: ANDES-SN / GTSS/A

28/06 a 01/07/2018 - FORTALEZA-CE

63º CONAD do ANDES-SN com o
tema "Por um projeto classista e
democrático de educação pública: em
defesa da gratuidade, autonomia
e liberdade acadêmica.

Promoção: ANDES-SN / SINDUECE

...

Posse da nova diretoria do ANDES - SN
(Biênio 2018/2010)



Um dedo de prosa
Café com os Aposentados

BINGO

CONCORRENDO A DIVERSOS BRINDES

Dia 9 de JUNHO
8h30 / Clube de Campo

Confirmar presença
até 06 de junho



Expediente

JORNAL DA ADUFLA: INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - SEÇÃO SINDICAL

Dietoria - Gestão 2017 e 2018

Presidente - Francisval de Melo Carvalho – DAE

Vice-presidente - Amanda Castro Oliveira – DEX

1º secretário - Roberto Alves Braga Jr. – DEG

2º secretário - Gustavo Costa de Souza – DAE

1º tesoureiro - Marcelo de Carvalho Alves – DEG

2º tesoureiro - Gustavo Seferian S. Machado – DIR

Conselho Deliberativo

Luiz Antônio de Bastos Andrade – DAG

Giovana Augusta Torres – DBI

José Monserrat Neto – DCC

Joelma Pereira – DCA

Lizzy Ayra Alcântara Veríssimo – DCA.

Suplentes

Gabriela Cristina Braga Navarro – DIR

Joel Yutaka Sugano – DAE

Campus da UFLA, Lavras -MG

CEP 37200-000 - (35) 3829 1167

adufila@adufila.ufla.br

Jornalista responsável Adriano Salgado (Jp06962)

Gráfica Novo Horizonte - Lavras-MG / Tiragem 1.000 exemplares

Campanha Salarial 2018 foi aprovada em assembleia

Reunidos no dia 11/4, docentes da UFLA ratificaram de forma integral a pauta de reivindicações dos docentes das Instituições Federais de Ensino

A Campanha Salarial 2018 foi o tema principal da Assembleia Geral Extraordinária realizada pela ADUFLA no dia 11 de abril no Anfiteatro do DAE. O presidente da Seção Sindical, Prof. Francisval de Melo Carvalho, apresentou documento com os itens de Pauta de Reivindicações dos Docentes das Instituições Federais de Ensino, protocolado em 23 de março no MEC e MPOG.

Após análise e discussão da plenária, a mesa diretora apresentou encaminhamento no sentido de referendar a pauta da Campanha Salarial do ANDES incluindo a reposição de perdas propostas pelos SPF no valor de 25% e sugerindo reflexão sobre inclusão dos seguintes pontos:

a) Debate sobre redução de jornada de trabalho para os trabalhadores brasileiros incluindo docentes, sem redução de salário;

b) Uniformizar o piso salarial da carreira do Magistério Superior com os professores estaduais e municipais para a construção de um único piso nacional.

Da mesma forma, foi aprovada a proposta do prof. Júlio Silvío de Sousa Bueno Filho para a montagem do Grupo de Trabalho (GT) Carreira na ADUFLA. O GT terá como integrantes os professores Júlio Silvío de Sousa Bueno Filho, José Monserrat Neto, Gustavo Costa de Souza e Daniel Augusto Pereira.

A Campanha Salarial 2018 reúne pontos impor-



tantes que devem ser defendidos pela categoria, como **Universidade Pública e o Trabalho Docente**, que busca a garantia de que o caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento público e do regramento das relações de trabalho, entre outros pontos; **Autonomia Financiamento e Vagas Docentes**, que visa o cumprimento do preceito constitucional que dispõe recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino público, aplicando o índice nunca inferior a 18% previs-

to sobre a arrecadação líquida de impostos, entre outros pontos; **Democratização das Instituições e das Relações de Trabalho**, com escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias, entre outros pontos; **Condições de Trabalho, Capacitação e Seguridade**, com a eliminação de todas as formas de precarização do trabalho docente, entre outros pontos; Carreira Única, com imediata abertura de negociações para a reestruturação da Carreira do Magistério Federal, entre outros pontos; além da **Política Salarial e Proposta Salarial**.

Resumo dos pontos da pauta protocolada pelo ANDES e aprovada em Assembleia Geral

Política Salarial

Estabelecimento de pontos comuns com os SPF:

- revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, como preceitua a Constituição, em índice no mínimo igual à desvalorização monetária, de acordo com o ICV DIEESE;
- paridade salarial entre ativos e aposentados, inclusive em relação ao RSC;
- política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
- estabelecimento de política salarial que recupere as perdas históricas;
- reivindicar do governo a retomada do processo de discussão, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC);
- reconhecimento da data-base em 1º de maio;
- restabelecimento dos anuênios;
- pagamento imediato de todos os precatórios pendentes. Pontos da política salarial dos docentes das IFE;
- piso salarial para os docentes das IFE nos termos do artigo 7º, inciso 5º, combinado com o artigo 206, incisos 5º e 8º da Constituição Federal, no valor do salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2016, para docente graduado em Regime de Trabalho de 20 h;
- equivalência da remuneração e condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho;
- manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFE de origem. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- reversão do confisco nos proventos de aposentadoria e pensão decorrentes da exigência de contribuição dos aposentados e pensionistas à Previdência, bem como dos impactos decorrentes das Leis nº 11.784/08, nº 12.772/12, nº 12.863/13 e nº 13.325/2016.
- Revogação da MP 805/17 que aumenta a alíquota de contribuição previdenciária de servidores público federais

Proposta Salarial

- incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;
- piso remuneratório no valor de R\$ 4.013,08, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2017, para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20 h;
- interstício de 5% entre os níveis da carreira;
- remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre-docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo por base o regime 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE;
- paridade e integralidade para os aposentados;
- reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.

Veja conteúdo completo no www.adufla.org.br (Buscar "Pauta de Reivindicação")

Cresce os casos de interferência em relação à autonomia universitária

As universidades não param de ser surpreendidas pelo governo, em especial quanto aos ataques à autonomia universitária.

Ao analisarmos alguns acontecimentos recentes, vemos que alguns setores da sociedade tentam ferir profundamente esses princípios, principalmente de facções reacionárias e de órgãos de fiscalização. Algo que é agravado quando os ataques partem do próprio governo.

O que deve servir de alerta é o crescente número de casos registrados desde 2016, como os que destacamos a seguir:

1 - Maio de 2016

Onda de ataques à liberdade de expressão nas universidades

Em 2016, a liberdade de expressão sofreu com vários ataques. Os casos de censura e até perseguição judicial de docentes se espalharam pelo país durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

2 - Agosto de 2017 (1)

Servidores do IFC são vítimas de perseguição política

Os servidores do IFC organizaram atividades pedagógicas com o MST, sendo alvo de perseguição política pelo MPF, que afastou das funções públicas os servidores Ricardo Scopel Velho, diretor-geral do campus Abelardo Luiz, e Maicon Fontaine, coordenador-geral pedagógico.

3 - Agosto 2017 (2)

Ataque à autonomia universitária da UFRB

A Justiça Federal da Bahia determinou, em caráter liminar, o cancelamento da entrega do título de doutor honoris causa da UFRB ao ex-presidente Lula.

4 - Setembro 2017

Docentes da UTFPR são perseguidos politicamente

Docentes que atuaram na negociação durante ocupação estudantil do prédio da UTFPR sofreram processos administrativos por parte da direção do campus de Curitiba.

5 - Outubro de 2017

Docentes da UFSC são perseguidos pelo MPF

Quatro professores e um técnico administrativo da UFSC estão sendo criminalizados por defenderem o espaço público da universidade e seus alunos, durante uma operação policial no campus em março de 2014. Além deles, cinco servidores estão ameaçados judicialmente de perderem suas funções.

6 - Novembro de 2017 (1)

Docente da USP é perseguido após atividade acadêmica com MST

O professor Marcos Sorrentino, da Esalq-USP foi perseguido por organizar uma oficina com o MST para mostrar como as barracas dos assentados são confeccionadas e debater o modo de vida com os alunos.

7 - Novembro 2017 (2)

Docentes da UFOP sofrem perseguição política ideológica

Os docentes André Luiz Meyer e Marcone J. Souza, ex-reitor da Ufop, estão sendo investigados por causa das atividades do programa de extensão Centro de Difusão do Comunismo (CDC).

8 - Dezembro de 2017 (1)

Monitor da doutrinação da Gazeta do Povo

A Gazeta do Povo criou o "Monitor da Doutrinação" para perseguir professores em todo o país e, ao mesmo tempo, obter apoio para forçar a aprovação do Programa Escola sem Partido. Após ser rechaçada pela sociedade, a Gazeta retirou a plataforma do ar.

9 - Fevereiro de 2018

Ministro da Educação ameaça docente que criou disciplina sobre o golpe

O então ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), afirmou que iria acionar o MPF, a AGU, a CGU e o TCU para investigar o professor Luis Felipe Miguel da UnB por causa da disciplina "O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil". Como resistência, dezenas de cursos semelhantes estão sendo criados em universidades de todo o país.

Resumo das Atas

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ADUFLA – 5/12/2017

Realizada às 15 horas do dia cinco de dezembro de dois mil e dezessete, no Anfiteatro do Departamento de Ciências Humanas da UFLA, quando se reuniram 29 filiados.

- 1) Leitura e Aprovação da Ata anterior
- 2) Relação ANDES – ADUFLA: O prof. Francisval de Melo Carvalho fez relato da relação do ANDES e ADUFLA e esclareceu com apoio de documentos e parecer jurídico a completa autonomia patrimonial entre as entidades. O prof. Júlio Sílvio Sousa Bueno fez proposta de reafirmar a posição da ADUFLA como Seção Sindical do ANDES – SN. A proposta foi aprovada por unanimidade.
- 3) Ataques à Carreira Docente. O que faremos?: O prof. Francisval de Melo Carvalho fez breve relato sobre os ataques à carreira docente. Foi apresentada a Moção de Repúdio ao Relatório do Banco Mundial. O prof. Júlio Sílvio Sousa Bueno fez sugestão de correção de escrita em um parágrafo, e sugeriu que outro texto mais resumido seja divulgado. Foram realizados debates adicionais sobre o assunto pelos Prof. Celso Valin, Marcelo de Carvalho Alves, Giovana Augusta Torres, Carlos Eduardo Silva Volpato e Francisval de Melo Carvalho. A Moção foi aprovada com 3 abstenções. Sobre o que faremos, fizeram falas os prof's Júlio Sílvio Sousa Bueno, Carlos Eduardo Silva Volpato, Celso Valin, Giovana Augusta Torres, Daniel Augusto Pereira, Marvito Lobão Teixeira de Abreu, Francisval de Melo Carvalho, Marcelo de Carvalho Alves, José Monserrat Neto, Catarina Dallapicula, Rosa Teresa Moreira Machado. Uma proposta do prof. Júlio Sílvio Sousa Bueno para o que fazer, obteve ressonância nos debates, e tratou de aumentar a alteração no Fórum Municipal de Lutas para conscientizar os lavrenses sobre o ataque ao serviço público.
- 4) Assuntos Gerais: O prof. Francisval de Melo Carvalho falou das comemorações dos 50 anos da ADUFLA no dia 15 de dezembro de 2017 e convidou todos e todas para participarem. Prof. Carlos Eduardo Silva Volpato parabenizou o Torneio Interdepartamental, e lamentou a falta da diretoria de forma massiva. O prof. Júlio Sílvio Sousa Bueno cobrou mais torneios incluindo o de xadrez envolvendo os principais praticantes.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ADUFLA – 11/4/2018

Realizada às 15 horas do dia onze de abril de dois mil e dezoito, no Anfiteatro do Departamento de Administração da UFLA – Bloco III, quando se reuniram 13 filiados.

- 1) Leitura e Aprovação da Ata anterior.
- 2) Campanha Salarial 2018: O Prof. Francisval de Melo Carvalho apresentou documento da campanha salarial protocolado no MEC e MPGO. Após diversas contribuições dos sindicalizados Júlio Tadeu de Barros Cotta, Jovino Amâncio de Moura Filho, Júlio Sílvio de Souza Bueno Filho, Marcelo de Carvalho Alves, Roberto Alves Braga Jr., Daniel Augusto Pereira e Francisval de Melo Carvalho, a mesa diretora apresentou o seguinte encaminhamento: Referendar a pauta da Campanha Salarial do ANDES incluindo a reposição de perdas propostas pelos SPF no valor de 25% e sugerindo reflexão sobre inclusão dos seguintes pontos: a) Debate sobre redução de jornada de trabalho para os trabalhadores brasileiros incluindo docentes sem redução de salário; b) Uniformizar o piso salarial da carreira do Magistério Superior com os professores estaduais e municipais para a construção de um único piso nacional. Aprovada com unanimidade. A proposta do prof. Júlio Sílvio de Sousa Bueno Filho para a montagem do Grupo de Trabalho (GT) Carreira na ADUFLA foi aprovada por unanimidade. O GT foi montado por Júlio Sílvio de Sousa Bueno Filho, José Monserrat Neto, Gustavo Costa de Souza e Daniel Augusto Pereira. Com 15 dias para ter um calendário de reuniões.
- 3) Análise da Conjuntura Nacional (atentados contra a democracia): O prof. Francisval de Melo Carvalho falou sobre os ataques à UFLA por grupos ligados ao projeto "Escola sem partido" ligado ao MBL. Foi aprovada a participação da ADUFLA junto ao ComUM na organização de evento sobre o tema. O prof. Francisval de Melo Carvalho falou do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro e seletividade da Justiça em relação ao ex-presidente Lula. A palavra foi franqueada e contribuíram os professores José Monserrat Neto, Judas Tadeu de Barros Cotta, Júlio Sílvio de Sousa Bueno Filho, Jovino Amâncio de Moura Filho, Roberto Alves Braga Junior, Francisval de Melo Carvalho, Rosana Vieira Ramos e Jacqueline Magalhaes.
- 4) Assuntos Gerais: O prof. Jovino Amâncio de Moura Filho parabenizou o Café com Aposentados, mas criticou a falta de diretores eleitos, e questões organizativas relacionadas aos que demandam atendimento especial relacionado à idade. A profa. Jacqueline Magalhaes Alves comentou questões do clube, em particular relacionado à adoção de pulseiras.



Controle Financeiro - Fevereiro 2018

Despesas Sindicais

Andes	R\$	9.948,43
Advogado BH	R\$	2.271,15
Advogado Lavras	R\$	954,00
Jornal Imprensa/Agendas	R\$	860,00
Ressarcimento	R\$	23,07
Despesas diversas	R\$	600,00
Diligência	R\$	24,00
Rateio ANDES	R\$	4.252,16
R\$		18.932,81

Despesas Escritório

Funcionários	R\$	7.620,75
Faxina	R\$	385,00
Contas Fixas	R\$	766,29
Material de Papelaria/Gráfica	R\$	725,70
Material e Manut. Informática	R\$	200,00
Material de Consumo	R\$	575,54
Estagiárias	R\$	2.104,96
Férias	R\$	2.571,07
R\$		14.949,31

Despesas Clube

Funcionários	R\$	18.229,91
Contas Fixas	R\$	2.906,36
Material de Consumo	R\$	2.538,37
Material Esportivo	R\$	2.574,40
Manutenção Piscina e Sauna	R\$	3.942,00
Manutenção Geral	R\$	3.901,99
Evento Decoração	R\$	685,42
Evento Música	R\$	3.000,00
Evento Mão de obra	R\$	300,00
Férias	R\$	2.097,77
Uniforme	R\$	760,00
R\$		40.936,22

Despesas Gerais

Contador	R\$	1.028,50
FGTS, DARF, GPS	R\$	11.409,14
Seguro de Vida	R\$	1.399,60
Unimed	R\$	4.953,86
Contrib. Sindical	R\$	188,86
Correios	R\$	1.322,17
Tarifas Bancárias	R\$	482,19
R\$		20.784,32

Clube	R\$	40.936,22
Escritório	R\$	14.949,31
Gerais	R\$	20.784,32
Sindicais	R\$	18.932,81
	R\$	95.602,66

Receita do mês

Saldo em 31/01/2018	R\$	2.387,26
Contracheque	R\$	85.028,00
Débito em conta Seguro	R\$	1.399,60
Débito em conta Mensalidade	R\$	2.900,00
Débito em conta Pensionistas	R\$	1.740,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$	1.543,00
Boleto Mensalidade	R\$	630,00
Boleto Sócio Especial	R\$	321,00
Boleto Tênis	R\$	528,00
TOTAL	R\$	94.089,60

Ponto de Vista

A evasão de renda na forma de conhecimento científico

A Springer Nature faturou R\$6,98 bi em 2017 [1]. Sua divisão de pesquisa faturou 71% disso (R\$4,95 bi) com quase 3000 periódicos. É mais que os R\$3,97 bi do orçamento 2018 da Capes [2], financiadora dos maiores produtores de artigos científicos no Brasil: os programas de pós-graduação.

Mas a Springer Nature era o décimo maior grupo editorial do mundo até 2016 [3]. O maior era a Pearson que sofreu retração em 2017 [4]. O RELX Group (Elsevier, ScienceDirect, The Lancet, LexisNexis, Scopus dentre outras grandes marcas) é o novo líder. Faturou R\$35,8 bi em 2017 [5]. Quase três vezes os R\$12,7 bi do orçamento 2018 do MCTI. Quase os R\$37,9 bi do orçamento de pessoal ativo do MEC, que engloba todas as universidades e institutos federais, hospitais universitários, EBSERH e outros.

Apenas duas editoras brasileiras aparecem na lista do Publishers Weekly [3], o grupo Somos Educação (recentemente adquirido pelo Grupo Kroton por R\$4,6 bi) e a FTD que, juntos, não representaram sequer 40% da décima colocada da lista. Acrescenta-se que o maior dos dois grupos, a Somos Educação, é mais que um grupo editorial, possuindo, além de editoras, redes de escolas como Anglo, Sigma e Red Balloon [6]. Ambos os grupos são orientados para a produção de conteúdo da educação básica, e não de artigos científicos.

Enquanto isso, periódicos e eventos técnico-científicos nacionais (ambos veículos de publicação científica) mendigam migalhas das agências de fomento (dentre elas a Capes e o CNPq, incluídos nos orçamentos já citados) para, simplesmente, sobreviver.

Muito do não fortalecimento dos veículos nacionais se deve aos critérios de estratificação do Qualis Capes. O Qualis valoriza a publicação em veículos de grande reconhecimento internacional, baseado principalmente no índice JCR (publicado pelo também grande grupo editorial Thomson Reuters), fazendo com que os melhores artigos brasileiros sejam publicados por grandes editoras internacionais, nunca estimulando os veículos nacionais a se tornarem internacionalmente reconhecidos. Artigos nacionais são cedidos gratuitamente para as grandes editoras internacionais faturarem com eles e ajudam essas editoras a atingirem cifras superiores ao próprio orça-

mento de ciência e tecnologia da união. Trata-se de uma evasão de renda para o exterior, na forma de transferência gratuita dos direitos sobre o conhecimento científico produzido no Brasil, financiado na maior parte por recursos públicos.

Não basta, no entanto, aos programas de pós-graduação ou pesquisadores terem esse entendimento. Como parte avaliada, devem atender aos critérios de avaliação. Cabe à Capes reconhecer que é estratégico para o país fazer com que o conhecimento aqui gerado seja também aqui publicado, fomentando as editoras brasileiras, públicas ou privadas. Com esse reconhecimento, poderá atribuir, no Qualis, pontuação diferenciada para a publicação em veículos nacionais.

Duas ações simples são capazes de causar relevante efeito. A primeira é classificar como, no mínimo, B1, artigos completos publicados em inglês em veículo nacional de livre acesso credenciado pela Capes. B1 por ser o menor dos estratos superiores. "No mínimo" para permitir que o veículo obtenha melhor classificação. Publicação em inglês de livre acesso para dar visibilidade internacional. Credenciamento para evitar a fabricação inidônea de números (os critérios de credenciamento podem ser inspirados na SciELO, já financiada por recursos públicos). A segunda ação é atribuir pontos para os programas que tenham artigos nacionais citados por artigos internacionais, o que demonstrará a visibilidade obtida.

Nenhuma das duas ações envolve orçamento. Basta que a Capes e os comitês de assessoramento reconheçam os fatos e tenham força de vontade.

[1] Springer Nature Fact Sheet March 2018 (bit.ly/2Hu6e5Z).

[2] LOA 2018 (bit.ly/2HWFTth).

[3] Publishers Weekly. The World's 54 Largest Publishers, 2017 (bit.ly/2wWfGRR).

[4] Pearson 2017 Preliminary Results (Unaudited) (bit.ly/2H0wll).

[5] RELX Group Annual Reports and Financial Statements 2017 (bit.ly/2I3oKDn).

[6] Isto É Dinheiro. O que é a Somos Educação, comprada por R\$ 4,6 bi (bit.ly/2qYL88A).

André Vital Saúde - DCC

CAMPANHA SALARIAL SPF 2018

Serviço Público não é mercadoria é dever do estado, direito da População.

Logos: FONARTE, FONACATE, ANDES

in memoriam



Prof. Marcelo Adhemar de Andrade Carvalho
 (22/4/1938 -17/4/2018)

Filho de tradicional família lavrense, nasceu em 22 de abril de 1938. Formou-se Engenheiro Agrônomo pela então Escola Superior de Agricultura de Lavras, no início dos anos 60.

Trabalhou em órgãos do Governo Estadual e frequentou a pós-graduação na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, hoje UFV (Universidade Federal de Viçosa).

Na UFLA, a partir de 01/01/1967, lecionou, inicialmente, Topografia-Planimetria e Altimetria, para o Curso de Agronomia, onde dividia as aulas com o Prof. José Octavio de Souza, no Departamento de Engenharia Rural, hoje Departamento de Engenharia. Mais tarde, assumiu a Topografia e, como disciplina básica para muitos cursos, foi recebendo a ajuda de outros professores.

No início dos anos 70, fez um Curso voltado a Fotointerpretação, na cidade do Rio de Janeiro, curso este mantido pelo Convênio MEC-USAID.

O Prof. Marcelo participou da construção da represa de nosso Clube de Campo, da locação de algumas construções e da venda de um terreno da ASPESAL, vizinho ao atual Parque de Exposição Agropecuária, para a aquisição do terreno onde hoje se encontra nosso SindUFLA/Clube de Campo.

Também participou da implantação das avenidas do “campus” novo, muitos prédios foram por ele alocados, muitos trabalhos topográficos planialtimétricos realizados.

Foi membro de vários Conselhos, do Conselho Departamental, da Congregação e Chefe do Departamento de Engenharia.

Participou ativamente da comunidade universitária, como da comunidade lavrense.

17/04/2018. Deixa esposa, três filhos e netos.

Texto elaborado pelo prof. Alcione de Oliveira a pedido da diretoria da ADUFLA



Maria Cristina Godinho Lopes Ferreira
 (31/9/1961 -19/4/2018)

Maria Cristina Godinho Lopes Ferreira, nasceu em 31/08/1961, na cidade de Lavras.

Filha de tradicional família Lavrense, graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1987).

Em 29/12/1994, ingressou na UFLA na carreira de magistério superior, foi a primeira professora do quadro ativo permanente com dedicação exclusiva, da área do Direito, lotada no Departamento de Administração e Economia (DAE).

Curso o mestrado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (2000) e doutorado na área de concentração em Cultura, Poder e Instituições, no Curso de Ciências Sociais no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, de 2010 a 2014.

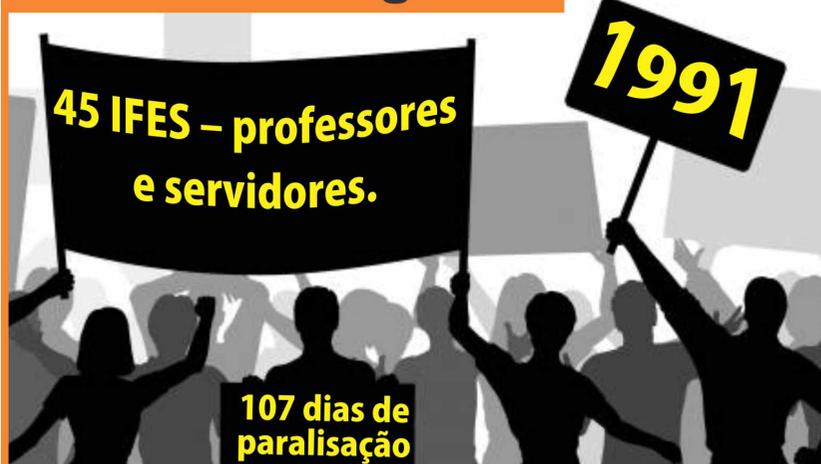
Atuava nas áreas de saúde pública, relações de trabalho, conselhos municipais de emprego e renda, política tributária de micro e pequenas empresas e administração pública. Lecionou diversas disciplinas na área do Direito e nos últimos semestres era responsável pelas disciplinas Gestão Tributária e Legislação Social e Trabalhista.

Pessoa de sorriso largo e querida por todos, Cristina era muito carismática e contagiava a todos com sua alegria de viver. Era de bondade e generosidade incomparável. Apaixonada pelo que fazia, tinha carinho e atenção especial por todos os estudantes.

Deixa marido e duas filhas, além de uma grande saudade.

Texto produzido pela Profa. Maria das Graças Paula e pela secretária do DAE Soraya Alves de Souza e Silva, a pedido da diretoria da ADUFLA.

Histórico das greves



Reivindicações

Reposição de 144,88%; Incorporação das perdas salariais dos planos Bresser, Verão e Collor (640,39%); Abertura de concurso público; Expansão do Quadro de Pessoal; Eleição direta para Reitor; Garantia de Repasse para o ANDES das contribuições dos docentes.

Resultados

Rejeição da MP 296/91 que excluía docentes e servidores do reajuste; Reajuste aos SPF's de 20%; Correção da tabela dos docentes das IFES – variando de 51,8% (auxiliar 1–20h) e 77,45% (titular e doutorado); Set. 91 docentes conquistam novo reajuste na tabela 20% (auxiliar 1–20h) e 48,8% (titular e doutorado). Aumento gratificações por titulação de 15% para 25% (mestrado); de 25% para 50% (doutorado); Gratificação de 12% (especialização); Aumento da Gratificação de 50% para 55%.

Repressão a movimentos sociais atinge a democracia

Truculência das forças de segurança, endossada por governos e até pela própria Justiça, atenta contra o estado de direito

A decisão de um juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que autorizou que a Polícia Militar utilizasse técnicas assemelhadas às de tortura para forçar a saída de estudantes que ocupavam o Centro de Ensino Asa Branca, em Taguatinga, em novembro de 2016, evidencia que, muitas vezes, aqueles que têm maior dever de guardar, proteger e aplicar a Constituição são justamente os que a desacatam.

Segundo o professor de Direito Constitucional da PUC-SP, mestre e doutor em Direito do Estado pela PUC/SP, Pedro Estevam Serrano, “a compreensão da importância do papel dos movimentos sociais na história da construção da democracia tal qual conhecemos hoje é fundamental para que se possa entender a gravidade dessas medidas contra os estudantes e o MST. A democracia não é apenas um regime político de Estado, mas um regime sociopolítico, um modelo social, portanto, não há Estado democrático sem uma sociedade democrática”.

(Revista Carta Capital - 7/11/2016).

Para Marcus Ianoni, cientista político e professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), a recente escalada da violência política antidemocrática (que teve como episódio mais notório o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes) é resultado da polarização política movida pelo ódio, acionada, nesse período de crise, por atores da direita e das classes favorecidas. “O regime democrático depende de uma sociedade e de uma cultura política democráticas. A democracia requer também lideranças democráticas. O presidente Temer acaba de dizer que o povo brasileiro teria se regozijado com o golpe de 1964. Se os que deveriam ser exemplares na defesa dos valores democráticos e das respectivas instituições flertam com o autoritarismo e com a violência política, quem defenderá a democracia?” (Revista Carta Capital – 12/04/2018).

E democracia foi realmente o que faltou em episódios onde a truculência repressiva substituiu o diálogo, como na recente ação da Polícia Militar contra professores da educação infantil em frente à prefeitura de Belo Horizonte, no centro capital mineira, no último dia 23 de abril, quando o Batalhão de Choque usou bombas, gás de pimenta e jatos d'água para dispersar os servidores que lutam pela igualdade salarial com os educadores do ensino fundamental.

Em outro episódio, em março deste ano, professores municipais da cidade de São Paulo foram duramente reprimidos durante uma manifestação na Câmara Municipal durante ato dos professores contra a reforma da Previdência de servidores municipais proposta pelo então prefeito João Dória (PSDB). Os guardas municipais e PMs usaram bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral para impedir a entrada de manifestantes na Câmara para acompanhar a discussão do projeto. No interior da Casa também houve repressão, com ao menos uma



Polícia usa de força excessiva para dispersar manifestantes contrários à PEC 55, que congelou investimentos por 20 anos, em novembro de 2016, na Explanada dos Ministérios, em Brasília

manifestante gravemente ferida.

O mesmo *modus operandi* foi usado contra servidores públicos do Paraná, a maioria professores, em abril de 2015, quando as forças de segurança, capitaneadas pelo governador Beto Richa montaram uma estrutura “de guerra” para conter os protestos contra a votação do projeto que alterava a previdência dos servidores. O confronto ocorreu quando os manifestantes tentavam o acesso à Assembleia Legislativa para acompanhar a votação da proposta. Cerca de 50 pessoas saíram feridas após a polícia lançar mão de bombas de efeito moral, balas de borracha, jatos de água e gás de pimenta.

Ocupa Brasília

Em novembro de 2016, durante a ocupação da Explanada dos Ministérios em protesto contra a 1ª votação da PEC 55 no Senado Federal, que previa um congelamento dos gastos da União por 20 anos, a Polícia Militar usou de gás lacrimogêneo, gás de pimenta e bombas para dispersar a multidão, transformando a Capital Federal num campo de guerra.

Presente ao ato representando a ADUFLA, o professor José Luís Contado (DCA), que estava acompanhado do professor Rafael de Deus Garcia (DIR) e das professoras Maria Raquel Isnard Moulin (DMV) e Renata Teles Moureira (DCC), entende que a maneira como as forças de segurança operam diante de manifestações populares são resquícios da Ditadura Militar. “Hoje, os manifestantes estão mais passíveis, mas a truculência da polícia está mais forte, seja contra os sem-teto, os sem-casas, professores, sindicalistas. Mas sempre foi assim. Eles [Polícia] sabem muito bem o que tem de fazer nessas situações. E fazem muito bem”, enfatiza o professor.

No ato em Brasília, Contado lembra que a mani-

festação estava sendo conduzida de forma pacífica, até que um pequeno grupo “virou” um veículo justamente próximo ao local onde estavam concentrados os policiais do Pelotão de Choque, que imediatamente iniciaram a operação para dispersar os manifestantes com o uso de bombas, gás lacrimogêneo, de pimenta. “Estava programado. Foi algo planejado. Só precisava de um motivo. Não precisava tanta força para afastar os manifestantes. Eles poderiam ter controlado a situação de forma isolada, mas partiram pra cima e foram pressionando a multidão, que teve que recuar. A maioria fez sem resistência, mas sempre tem aqueles que vão para o embate”, conta.

Natural de São Paulo, o professor Contado disse que a tática utilizada em Brasília foi a mesma registrada no seu estado na época em que Alexandre de Moraes, atualmente Ministro do STF, era secretário da Justiça, no Governo de Geraldo Alckmin. “O então Ministro da Justiça do Temer levou o modelo de São Paulo para Brasília, empregando força aquém do necessário para dispersar os manifestantes. É a mesma tática” É a mesma tática”, destaca.

Em análise, o professor Contado avalia que a participação dos docentes no movimento em defesa dos direitos da categoria está cada vez mais fraca, tanto na UFLA quanto nas demais universidades país afora. “Estávamos protestando contra o congelamento dos gastos por 20 anos, contra cortes nos investimentos, mas apenas quatro professores se prontificaram a ir a Brasília. Tinham poucos professores na manifestação. Muitos não se atentaram para o problema, não perceberam a importância daquela situação e hoje sofrem com a falta de recursos na universidade. As pessoas estão cada vez mais individualistas, imediatistas, preferem acompanhar do que participar”, lamenta.

Clube de Campo

“Um Dedo de Prosa” - Café com os Aposentados

Iniciativa da direção do Clube de Campo da ADUFLA de criar um novo espaço de confraternização voltado aos aposentados teve enorme aceitação entre os associados. As duas edições do Café com os Aposentados “Um Dedo de Prosa”, realizadas nos meses de abril e maio, foram um grande sucesso, com a participação de diversas “personalidades” da história recente da universidade, que, em meio à muita descontração, puderam matar as saudades dos antigos colegas de trabalho e colocar a conversa em dia.

Mas os encontros não serviram apenas de confraternização. A ideia era também levar informação e orientação aos aposentados, com a participação de convidados especiais que tratam de temas variados de interesse da categoria.

No início de abril, o evento teve a participação de representantes da Unimed, que falaram sobre o Plano de Saúde da operadora e Previdência Social.

No segundo encontro, em maio, uma equipe multidisciplinar da Unimed realizou aferição de pressão arterial e passou orientações sobre cuidados básicos com a Saúde e alimentação.

O encontro com os aposentados deverá ser realizado mensalmente. De acordo com o presi-



dente do Clube de campo, professor Carlos Magno, a ideia é incrementar os eventos com atividades diversificadas e que proporcionem lazer e integração entre os participantes. “Queremos fortale-

cer esse vínculo permanente através desse espaço de bate-papo, confraternização e ao mesmo tempo de prestação de serviços e entretenimento para os aposentados”, explicou Carlos Magno.

Almoço especial do Dia das Mães



O Dia das Mães foi comemorado pela ADUFLA com um almoço especial oferecido às mães docentes no Clube de Campo, no dia 12 de maio. Mais de cinquenta pessoas participaram deste dia em homenagem àquelas de se dividem entre as atribuições do dia a dia profissional e a atenção aos filhos.

Para as jovens mães com crianças pequenas, a direção do Clube de Campo disponibilizou uma equipe de monitores para atender a criançada com brincadeiras e oficinas, proporcionando uma tarde de lazer de qualidade para toda a família.

Foi também um momento de lembrar a realidade das mulheres na sociedade atual por meio de

mensagens afixadas no local, como “Mulheres, mães, guerreiras, todo o nosso reconhecimento a essa força que move a luta cotidiana em vários espaços, apesar de tudo”, e ainda, “Maternidade não é obstáculo para a carreira das mulheres. O que atrapalha é preconceito, discriminação e falta de apoio.